

Universidade do Distrito Federal e prioridades na educação

» PEDRO IVO S. B. DE LIMA

Ex-presidente da Associação dos Ex-Alunos da Universidade de Brasília (Alumni UnB) e engenheiro civil

» JOSÉ ALEXANDER ARAÚJO

Professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Brasília e PhD pela Universidade de Oxford



G O M E Z

Em uma das últimas sessões da Câmara Legislativa antes do recesso parlamentar de julho, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 34/2020, que autoriza a criação da Universidade do Distrito Federal (UnDF). O projeto, de autoria do Governo do Distrito Federal (GDF), objetiva ampliar o acesso da população à educação superior pública. Destinar recursos para educação é sempre um investimento, não apenas desejável, mas estratégico para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e produtiva. Por outro lado, diante das dificuldades pelas quais passam a educação de Brasília, deveria ser esta a prioridade do governo na seara educacional em momento de tamanha dificuldade fiscal?

James Heckman, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 2000, comprovou que a educação de crianças de menos de 1 ano a 5 anos é essencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Suas pesquisas demonstram que a educação infantil melhora os níveis de empregabilidade e reduz o envolvimento com o crime. Historicamente, o GDF negligenciou o atendimento à educação dessa faixa etária. Existe uma demanda reprimida por creches que perdura há anos em Brasília. São mais de 20 mil crianças de menos de 1 ano a 3 anos que não encontram vagas, seja em instituições públicas seja naquelas privadas com convênio junto ao governo. Como consequência, todos os anos milhares de mães são obrigadas a sair do mercado de trabalho para cuidar de seus filhos. Aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, muitas vezes solteiras e responsáveis pela única renda familiar, não têm essa opção e são obrigadas a recorrer à ajuda de familiares e até de vizinhos.

As últimas notas obtidas por alunos das escolas públicas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) demonstram que o DF ocupa apenas a 10ª colocação no ranking nacional nos anos finais do ensino fundamental. Na outra ponta, há uma ampla oferta de educação superior pública espalhada no território distrital. A Universidade de Brasília (UnB) está presente em quatro câmpus: Asa Norte, Ceilândia, Gama e Planaltina. O Instituto Federal de Brasília (IFB) possui outros 10 câmpus: Estrutural, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião,

Taguatinga e nas mesmas quatro regiões administrativas da UnB. São mais de 100 cursos de graduação ofertados pela UnB, IFB e pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS).

Os investimentos para a criação e a manutenção de qualquer universidade são significativos e de longo prazo. Novamente, não se questiona aqui o papel fundamental e estratégico de uma educação superior pública de alto nível. Trata-se de estabelecer prioridades para destinar esses importantes recursos, que são cada vez mais limitados, em período de pandemia e recessão econômica.

Insistimos, por que o GDF não investe em um amplo programa de oferta de vagas em creches públicas? Creches em tempo integral, com profissionais bem treinados e remunerados, planeja-

mento de atividades elaboradas por pedagogos e psicólogos, programa nutricional, atividades físicas, assistência médica e odontológica pelo menos de caráter preventivo. O impacto destas creches seria transformador, não apenas para estas crianças, que teriam um local seguro e acolhedor para se desenvolver, mas para suas mães e familiares, que poderiam buscar por espaço no mercado de trabalho com a certeza de que suas crianças estão em boas e seguras mãos. Isso é libertador e talvez seja uma das formas mais efetivas de se impactar no desenvolvimento educacional e na redução das desigualdades sociais, principalmente para aquelas famílias em que a mulher é a única ou a principal fonte de renda!

Ampliar investimentos para o treinamento e

avaliação dos professores em nível fundamental e médio também não pode mais esperar. Há desafios enormes a serem vencidos quanto à infraestrutura. As escolas públicas não possuem manutenção, equipamentos adequados ou sequer segurança efetiva. Em tempos de pandemia de covid-19, ficou evidente que os alunos de menores condições econômicas foram os que mais sofreram. Oferecer internet de banda larga de qualidade nas escolas é meta obrigatória, bem como a destinação de celulares ou tablets gratuitos aos alunos socialmente vulneráveis. Poderíamos enumerar aqui outras dezenas de problemas que merecem atenção e investimentos para a melhoria do ensino básico que só reforçariam a tese de que esta deveria ser a prioridade, neste momento, do GDF e da CLDF na área da educação.

Empatia com os vivos e respeito pelos mortos

» ALBERTO DAVID KLEIN

Engenheiro, empresário e presidente da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ)

A religião, a filosofia e a ética judaica nos ensinam que é preciso ser bom, generoso e ter responsabilidade com todos ao nosso redor. São os pilares da nossa vida e da nossa ação coletiva. Neste momento, o Brasil registra mais de 530 mil mortes causadas pela covid-19, mais de 19 milhões de pessoas foram contaminadas pela doença. No mundo todo, há mais de 4 milhões de mortos e o registro de mais de 187 milhões de casos. Como consideram epidemiologistas, é uma tragédia sem precedentes.

Na comunidade judaica do Rio de Janeiro, temos sofrido as perdas, como todos, e buscado a fé, a força e a resiliência para superar essa dor. Contudo, neste ano, em particular, uma experiência nos envolveu, reafirmando a certeza de que é absolutamente necessário ter empatia com os vivos e respeito pelos mortos: foi o processo de recuperação do Cemitério Israelita de Campos de Goytacazes.

A tristeza mais profunda que todos temos sofrido — judeus e não judeus — ao longo da pandemia, tem sido não poder realizar a despedida de quem se foi. Não há a possibilidade de resolver o luto como estávamos culturalmente acostumados. Fica um vazio. Em todas as culturas, a humanidade lida com a perda de modo ritualístico. Vivencia a separação irremediável. Sentimos a perda para curar-nos da ausência, para prosseguir. Assim, ao longo da nossa história, criamos a elaboração desses sentimentos que estão presentes na morte de entes queridos. Na cultura judaica, após a morte, comunicamos a Chevra Kadisha, que prepara o corpo da pessoa falecida. Banham e fazem preces para pedir perdão em nome dele ou dela por seus possíveis erros em vida. Essa preparação é a Tahara, purificação. A pessoa falecida é, então, vestida em Tachrichim, roupas brancas, com camisa, calça e luvas. Busca-se a neutralidade para o encontro com o Criador.

Os materiais utilizados para o enterro são sempre os mais simples possíveis, simbolizando que, na partida, todos se igualam. Na cerimônia fúnebre, recitamos orações em hebraico. Os parentes próximos do falecido rasgam um pedaço da própria roupa, visto que seus corações estão enlutados. Levamos o menor tempo possível para todo o ritual, pois, para nós, a alma não consegue descansar até ser sepultada.

O Cemitério Israelita é o local onde tudo isso acontece. Portanto, é um espaço reservado, campo sagrado, que chamamos de “casa da eternidade”. Colocamos, após o período de luto mais intenso, uma lápide com escritos hebraicos trazendo nome, data de nascimento e falecimento. É para que não esqueçamos os mortos e para que seus túmulos sejam respeitados. Fica preservada a memória do falecido, da família, da coletividade. Dito isso, mesmo quem pouco conhece sobre a cultura ou a fé judaica, poderá compreender a importância, para nós, do processo de recuperação do Cemitério Israelita de Campos de Goytacazes.

Esse cemitério estava completamente abandonado, praticamente destruído. No ano passado, em outubro, ao assumirmos a direção da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ), muitos dos nossos membros nos procuraram para pedir providências imediatas, ainda mais pela importância de um cemitério que remete à chegada dos primeiros fugitivos do Leste Europeu ao Brasil.

Em 2022, o Cemitério Israelita de Campos de Goytacazes completará 100 anos, e nele estão os mortos de famílias que procuraram, no Brasil, o abrigo aos ataques antisemitas do início do século 20, posteriormente viria o Holocausto. Eles vieram, em grande parte, da Rússia, da Polônia, da Romênia e alguns sefarditas da Turquia. A comunidade, que nunca foi muito grande, era bastante atuante no desenvolvimento da cidade, mas aos poucos foi diminuindo com filhos e netos migrando para a capital do Rio de Janeiro e para outras localidades. Ao restarem poucos, extinguiu-se a instituição responsável pela gestão do cemitério. Veio o abandono, o mato, a destruição de túmulos.

Apenas em janeiro passado conseguimos, já com a eleição da atual gestão municipal, recuperar, paulatinamente, o cemitério, contando com colaboração da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (Codemca), órgão da Prefeitura de Campos de Goytacazes; da Sociedade Religiosa Israelita Chevra Kadisha do Rio de Janeiro; do Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro, conhecido como Cemitério Comunal do Caju, e de duas famílias da comunidade.

Na primeira semana de agosto, ou seja, em pouco tempo, reinauguraremos o cemitério. Toda a ação realizada guarda em si o respeito aos nossos antepassados e acontece, também, porque os cidadãos de Campos de Goytacazes, aberta e francamente, nos apoiaram. É importante explicar: poderíamos ter tomado outra decisão, como trazer os corpos de Campos de Goytacazes para outro cemitério judeu. Não aconteceu! Prevaleceu a solidariedade, o reconhecimento das nossas famílias em solo brasileiro. Exemplo de harmonia que nos inspira a contar a todos. Como dizemos em hebraico: Todá Rabá – Muito Obrigado!

Quem paga essa conta?

» PAULA BELMONTE

Deputada federal (Cidadania/DF)

Em decisão histórica, a Câmara dos Deputados aprovou um Projeto de Lei (PL 6726/16) que busca corrigir distorções nos salários do serviço público, criando mecanismos que impeçam repasses acima do teto constitucional. Isso mesmo, embora houvesse um teto definido pela Constituição de 1988, diversos integrantes do funcionalismo público ainda mantêm remunerações acima do que ganham os ministros do Superior Tribunal Federal, hoje fixado em R\$ 39,2 mil.

Em resumo, os chamados “penduricalhos” não são considerados nesta conta e, com isso, verbas indenizatórias e benefícios como licença-prêmio, auxílio-fardamento, auxílio-moradia, entre outros, são usados por servidores públicos como formas de burlar o teto. Pior: esses auxílios não têm um teto máximo definido. Por isso, incluir essas despesas no cálculo e tornar improbidade administrativa a autorização destes pagamentos foram as contribuições do meu mandato (PL 3620/20 e PL 3621/20) ao texto do deputado Rubens Bueno, também do Cidadania.

Na prática, o que pouca gente sabe, é que essas despesas representam mais de R\$ 3 bilhões por ano ao contribuinte. Claro! Devemos analisar cada caso e garantir que nenhum direito seja perdido, mas, na essência, a realidade brasileira já não comporta mais tantos privilégios.

O PL segue, agora, para apreciação do Senado e nossa expectativa é de que seja aprovado também nesta Casa. Todos os funcionários de todas as esferas da administração pública estão incluí-

dos no projeto, isto é, União, Distrito Federal, estados e municípios. E, também, de todos os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os privilégios, aliás, não param no funcionalismo da ativa. Há, também, aquilo que é pago para manter ex-presidentes do Brasil. Isso inclui a contratação de até seis assessores, com salários que podem chegar a R\$ 13.623,39; dois veículos oficiais à disposição com motoristas; passagens aéreas; diárias para hospedagem; combustível e seguro dos veículos. Essas regalias custaram, no total, R\$ 10,2 milhões aos cofres públicos em apenas 22 meses.

A Lei 7.474/86 formaliza esses privilégios aos ex-presidentes — tudo isso mantido com recursos do Tesouro Nacional. Ou seja, com os recursos dos nossos impostos. Não se justifica que, no atual contexto de redução da despesa pública, o povo continue pagando essa conta. Por isso, propus o PL 1381/20, para que seja dado um basta nessa farra com dinheiro público.

Imagine, também, quanto é gasto por mês com imóveis funcionais. Ou quanto se deixa de arrecadar em aluguéis, taxas de ocupação e pagamento de impostos, como o IPTU. Foi preciso esboçar um projeto específico, PL 3750/19, para que o Poder Executivo pudesse alienar imóveis residenciais situados no DF e que são administrados pela Câmara.

Ora, se temos cerca de 1.800 imóveis funcionais residenciais — ocupados corretamente por servidores — mas que não recolhem impostos, quanto o governo deixa de arrecadar com essa renúncia de receita? Mais uma vez foi preciso redi-

gir uma proposta (PEC 193/2019) para que essa questão fosse revista. Já há parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, mas é preciso que fiquemos atentos ao seu andamento.

Realizamos um debate virtual com o representante da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, e o deputado Rubens Bueno, no ano passado, para entender a dimensão de todos esses gastos. Segundo o especialista, a despesa com pessoal já é a segunda maior despesa do orçamento, ficando atrás, apenas, da Previdência — representando R\$ 344 bilhões.

Servidores públicos ganham, em média, 96% a mais do que profissionais do setor privado em funções semelhantes, de acordo com estudo do Banco Mundial. Tudo isso em um contexto em que a prestação de serviços, como já sabemos, deixa a desejar em muitos aspectos.

No Judiciário, essas remunerações podem ser ainda maiores. Alguns juízes e desembargadores chegam a ganhar mais de R\$ 100 mil. Nos posicionamos sobre as recentes denúncias sobre gastos no Tribunal de Justiça de Goiás, por exemplo, que mandou quitar salários e penduricalhos para magistrados, servidores e pensionistas — fato noticiado pela imprensa — e que pode custar R\$ 1 bilhão.

Em definitivo, é preciso rever os gastos e a aplicabilidade do dinheiro pago pelo contribuinte. A necessidade não é de hoje nem se encerra com a aprovação do PL 6726/16 — ou com meus projetos PL 3620 e 3621. De fato, o povo brasileiro não tem mais condições de arcar com todo esse prejuízo.